

Análise Crítica do Discurso em Administração/Gestão: sistematização de um framework metodológico para o modelo tridimensional de Norman Fairclough

Autoria

Márcio Moutinho Abdalla - marciomabdalla@gmail.com

Mestr Prof em Admin/Prog de Pós-Grad em Admin - MPA/PPGA/UFF - Universidade Federal Fluminense

Joyce Gonçalves Altaf - jgaltaf@yahoo.com.br

Graduação em Administração/Faculdade Machado Sobrinho

Resumo

Embora Norman Fairclough defenda a inviabilidade de um procedimento fixo para o desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso (ACD), acreditamos que a proposição de um caminho (e não ?o? caminho) seja particularmente útil aos pesquisadores em administração/gestão, especialmente àqueles que não detenham conhecimentos linguísticos avançados, e que careçam de maior sistematização em pesquisas qualitativas. Adicionalmente, acreditamos que as naturais fragilidades no que tange às bagagens linguísticas dos pesquisadores podem levar a práticas metodológicas arbitrárias e duvidosas. Nesse sentido, o objetivo central desse trabalho é propor a sistematização de um framework metodológico para adoção da ACD em administração/gestão, como forma de suavizar as lacunas apresentadas. Advertimos, no entanto, que a proposição do framework, de forma alguma renuncia a bagagem teórica proposta por Fairclough ? ao contrário ? estimulamos fortemente sua apreensão. Além do framework, propomos questões norteadoras para a ?Análise textual?, como forma de atenuar as costumeiras dificuldades inerentes à etapa.

Análise Crítica do Discurso em Administração/Gestão: sistematização de um *framework* metodológico para o modelo tridimensional de Norman Fairclough

Resumo: Embora Norman Fairclough defenda a inviabilidade de um procedimento fixo para o desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso (ACD), acreditamos que a proposição de um caminho (e não “o” caminho) seja particularmente útil aos pesquisadores em administração/gestão, especialmente àqueles que não detenham conhecimentos linguísticos avançados, e que careçam de maior sistematização em pesquisas qualitativas. Adicionalmente, acreditamos que as naturais fragilidades no que tange às bagagens linguísticas dos pesquisadores podem levar a práticas metodológicas arbitrárias e duvidosas. Nesse sentido, o objetivo central desse trabalho é propor a sistematização de um *framework* metodológico para adoção da ACD em administração/gestão, como forma de suavizar as lacunas apresentadas. Advertimos, no entanto, que a proposição do *framework*, de forma alguma renuncia a bagagem teórica proposta por Norman Fairclough – ao contrário – estimulamos fortemente sua apreensão. Além do *framework*, propomos questões norteadoras para a “Análise textual”, como forma de atenuar as costumeiras dificuldades inerentes à etapa.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Norman Fairclough; Modelo Tridimensional; *Framework*; Análise Textual.

1. Introdução

Em meio às muitas questões que subjazem a prática da pesquisa qualitativa, o debate entre as dimensões rigor e relevância pode ser destacado. Enquanto alguns (poucos) autores defendem a incompatibilidade dessas dimensões (e.g. Kieser & Leiner, 2009), uma crescente corrente de pesquisadores reivindica cada vez mais sua associação em pesquisas (Abdalla, 2017; Mascarenhas, Zambaldi, & Moraes, 2011; Vosgerau, Orlando, & Meyer, 2017). Investigações que não trazem nenhum tipo de contribuição, ou seja, sem relevância, aparentam apenas alimentar a lógica produtivista inerente ao *publish or perish*; enquanto pesquisas sem rigor científico, embora possam ser relevantes, apresentam resultados questionáveis, como problemas de validade, confiabilidade, credibilidade, além de outras dimensões de qualidade (Abdalla, Oliveira, Azevedo, & Gonzalez, 2018).

A dificuldade inerente à abordagem qualitativa em alcançar padrões de validade próximos à abordagem quantitativa pode ofuscar a relevância de pesquisas preocupadas com a profunda compreensão de fenômenos sociais e organizacionais. Esse conflituoso quadro que envolve rigor e relevância é naturalmente agravado com a falta de sistematização em análises qualitativas, que vem produzindo conhecimentos duvidosos a partir do que Godoi, Coelho, & Serrano (2014) classificaram como “*pseudoanálises*”, especificamente em Análise Sociológica do Discurso.

Dentre os muitos caminhos possíveis em análise qualitativa, o conjunto teórico-metodológico classificado como Análise do Discurso (doravante AD) vem ganhando relevância no campo de conhecimento da administração. Com origem no campo da linguística e fortemente interpretativista, a AD apresenta-se sob diversos formatos, tendo como principais tradições a francesa e a anglo-saxã (Godoi et al., 2014). Na vertente anglo-saxã, destacamos a abordagem teórico-metodológica proposta pelo inglês Norman Fairclough, intitulada Análise Crítica do Discurso (doravante ACD¹). Além da busca pela compreensão dos significados e sentidos do texto, presente na AD (Orlandi, 2015), a ACD ocupa-se em relacionar dialeticamente linguagem e realidade social, desvelando relações de poder, hegemonia e dominação reificadas no discurso (Fairclough, 2001; Silva & Gonçalves, 2017).

O discurso, sob o prisma da ACD, é muito mais que um amontoado de meras palavras, concebe-se como prática política e ideológica. Sob a vertente de prática política, o discurso

estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que se concebem tais relações. Na forma de prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder (Fairclough, 2001). Norman Fairclough procurou apresentar procedimentos, métodos e exemplos de análise, sobretudo, por meio de seu modelo tridimensional de ACD. No entanto, dada a multiplicidade de possibilidades, tanto de *corpora* de dados, quanto de contextos, o próprio Fairclough afirma que “não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso, as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (Fairclough, 2001, p.275).

Apesar de defensável, a posição adotada por Fairclough pode fragilizar pesquisas frente às demandas de qualidade, tornando-as vulneráveis, no que tange ao rigor científico. Esse quadro é particularmente agravado no campo de administração/gestão, em especial pela falta de bagagem linguística de grande parte dos pesquisadores do campo, que podem inclusive usar o argumento do autor para fortalecerem práticas metodológicas arbitrárias e não sistematizadas, promovendo as aludidas “*pseudoanálises*” (Godoi et al., 2014). Esse trabalho insere-se como forma de suavizar essa lacuna, tendo como objetivo central a sistematização de um *framework* metodológico para adoção da ACD em administração/gestão.

Esse trabalho está estruturado em mais três partes além dessa introdução. Na segunda parte, discutimos a ACD como uma proposição teórico-metodológica. No terceiro tópico propomos um *framework* metodológico. Apresentamos também um quadro com questões norteadoras, particularmente úteis à Análise Textual. Por fim, no quarto tópico, tecemos as considerações finais.

2. A Análise, a Crítica e o Discurso: teoria e método

O conjunto teórico-metodológico intitulado ACD é uma importante forma de ver, compreender e significar (e também resignificar) fenômenos sociais. Nesse sentido, muito mais que apenas uma proposta de percurso metodológico, a ACD, por intermédio de seu forte lastro teórico transdisciplinar, caracteriza-se por relevante perspectiva onto-epistemológica (Fairclough, 2001; Mafra & Lobato, 2017; Silva & Gonçalves, 2017). A “crítica” que subjaz o caráter de “análise” sobre os “discursos” em questão é evidenciada pelo aspecto emancipatório da proposta. A emancipação visa, em primeira instância, desnaturalizar crenças meta-discursivas, enraizadas na sociedade como aparatos de dominação e, a partir desse desvelar, promover a desarticulação dessas estruturas e a consequente mudança social (Fairclough, 2001; Resende & Ramalho, 2004).

A proposta é particularmente relevante no contexto brasileiro e latino-americano de administração/gestão, especialmente pelas costumeiras práticas manipulativas promovidas por grupos de poder sobre a massa populacional (Magalhães, 2001). A exemplo disso, a mídia desempenha o meticuloso trabalho ideológico de produzir e distribuir discursos de dominação e de poder, de maneira oculta e disfarçada (Fairclough, 2001), impedindo que aqueles “menos poderosos” (oprimidos, subalternos e congêneres) possam produzir e distribuir seus próprios discursos, estabelecendo assim, claras barreiras para processos de mudança social (Spivak, 2014).

O próprio Norman Fairclough reitera a condição crítica de sua proposta, ao defendê-la como forma de ciência crítica, ou seja, um tipo de ciência social destinada ao reconhecimento de problemas de indivíduos sob o prisma de sua vida social e, a partir disso, a busca de estruturas que possam romper com o *status quo*. A linguagem é o principal veículo para a prática discursiva social, empregando como pano de fundo relacional, questões ideológicas e de poder (Fairclough, 2009). A ACD mobiliza forte crítica social, promovendo base científica para mudanças políticas e morais (Fairclough, 2009; Resende & Ramalho, 2004).

Em relação ao discurso em si (ou aos discursos), é apropriado ressaltar as inúmeras ideias e nuances atribuídas à definição, tornando delicado, e até mesmo colonialista, tentar estabelecer ou defender uma única conceituação dominante. Ao invés disso, é interessante compreender o quão profundo e diverso pode ser um discurso, e como ele pode significar. Orlandi (2015), por exemplo, defende que “discurso” denota dinamismo, ou seja, a palavra em movimento por meio da linguagem em ação. Nesse sentido, a análise do discurso busca compreender essa prática da linguagem “[...] fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2015, p.13). Já Michel Foucault, que contribuiu sobremaneira com o lastro teórico-reflexivo para evolução das teorias discursivas, sobretudo no campo social, concebeu a ideia de discurso como sendo “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa” (Foucault, 1996, p.97).

Em termos metodológicos, o processo de análise do discurso, segundo Orlandi (2015), não se ocupa em tratar da língua nem da gramática, embora esses elementos interessem ao processo. À análise interessa o discurso. A esse respeito, um dos aparatos metodológicos mais reconhecidos e empregados é o modelo tridimensional de Norman Fairclough (Fairclough, 2001), que será mais bem explorado, em termos sistemáticos no próximo tópico. No entanto, é de extrema relevância elucidar que o modelo tridimensional de Fairclough não esgota a discussão analítica do autor. Apenas como exemplo, é válido citar a obra desenvolvida em parceria com Lili Chouliaraki, que dentre outras questões, se propôs a consolidar a ACD como um campo teórico-interdisciplinar entre ciências humanas e sociais, além de reforçar seu caráter ontológico e epistemológico (Chouliaraki & Fairclough, 1999). A obra ainda avança em termos teóricos, sobretudo com base no conceito de “Modernidade Tardia”, de Antony Giddens. Em outra obra subsequente, publicada em parceria com Isabela Fairclough, o autor adentra o campo político, apresentando aos analistas de discurso mais avançados, um *framework* para análise de relatórios governamentais, debates parlamentares, discursos políticos, além de outros tipos de *corpora* relacionados às atividades políticas (Fairclough & Fairclough, 2012).

Apesar desses avanços, o modelo tridimensional de análise crítica do discurso continua sendo uma importante base teórico-analítica, ainda explorada de forma limitada e, por vezes, equivocada, sobretudo no campo de administração/gestão. Por essa razão, nesse trabalho mantivemos exclusivo foco em sua sistematização, especificamente em seus aspectos metodológicos. Isso não significa dizer que o lastro teórico deva ser abandonado. Ao contrário! Não há caminhos metodológicos para a análise sem profundo e reflexivo arcabouço teórico. Em suma, não existem atalhos, nem tampouco trajetórias fáceis, vez que “[...] o caminho da crítica exige leitura, reflexão e desenvolvimento de uma consciência sobre direitos e deveres, que pode demandar profundas transformações na identidade do “eu” e do “outro” e ainda na identidade nacional (Magalhães, 2001).

3. Análise Tridimensional do Discurso: trilhando um *framework*

Lidar com a sistematização de um complexo arcabouço teórico-metodológico como a ACD coloca-nos frente a fortes dilemas, o qual se pode destacar a própria decisão de conceber um *framework* metodológico. Por um lado existe o argumento de que a ACD não deva seguir especificamente uma lógica pré-determinada, vez que não há uma metodologia prefixada para o desenvolvimento das análises (Fairclough, 2001; Lima, 2011). Em geral, as escolhas metodológicas dependerão da multiplicidade de problemáticas de investigação e os consequentes objetivos de pesquisa (Brent, 2009). Por outro lado, autores, revisores e editores de periódicos demandam por corretas e suficientes descrições metodológicas, por

sistematização das investigações, e por lastro teórico que atendam ao rigor científico. A ausência desses elementos pode levar à arbitrariedade e às já mencionadas “*pseudoanálises*” (Godoi et al., 2014). Como forma de suavizar esse problema, optamos pelo segundo caminho, ao propormos a sistematização de um *framework* que contemple o modelo tridimensional de análise crítica do discurso.

A concepção tridimensional envolve três camadas (ou dimensões) analíticas, sendo a (i) análise textual a mais central e interna; (ii) a análise da prática discursiva, a camada intermediária; e (iii) a análise da prática social, a camada mais externa. O modelo tridimensional caracteriza-se como um esforço de unificar três tradições analíticas essenciais à ACD, sendo (a) a análise textual e linguística; (b) a tradição macrosociológica de análise da prática social frente às estruturas sociais; e (c) a tradição microsociológica, baseada na produção ativa da prática social e o compartilhamento de seus significados entre indivíduos. Enquanto a primeira tradição caracteriza-se por ser descritiva, as outras duas conferem ao modelo o caráter interpretativo. Nesses termos, é possível dizer que a análise textual caracteriza-se como uma etapa descritiva, enquanto as demais são interpretativas (Fairclough, 2001). Adicionalmente ao modelo tridimensional, Fairclough (2001) sugere que embora sua obra seja focada no processo analítico, também há que se levar em consideração os dados e os resultados produzidos. A partir desses elementos, apresentamos na figura 1 o *framework* proposto, que conta com um quarto tópico adicional, denominado “Análises Preliminares”. Descreveremos em seguida cada uma das etapas. Vale apenas observar que a “Parte 3” conta com setas bidirecionais, indicando que esses elementos não são estanques, ou seja, é possível iniciar a análise a partir do texto, seguindo para a prática social ou *vice-versa*.



Figura 1 – Framework proposto para Análise Crítica do Discurso

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fairclough (2001).

A parte 1 do modelo, responsável pelo que chamamos de “Definições iniciais”, embora pareça trivial a todas as investigações, apresenta detalhes importantes para uma boa condução metodológica. Primeiramente cabe ressaltar que o íntimo conhecimento do contexto

estudado é de central importância para que o processo analítico possa explorar profundamente as mais diversas dimensões sociais. Isso permitirá que a problematização seja bem concebida, acentuando a relevância do estudo em questão. Possibilitará também a construção de um objetivo geral preciso e bem demarcado. A partir dessas definições, que podemos assumir serem comuns às pesquisas de um modo geral, partimos para um aspecto de extrema relevância ao se tomar como direcionamento a ACD – a definição dos dados a serem empregados, ou seja, a seleção do *corpus* para análise. Essa é uma etapa delicada, pois no processo analítico “[...] qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo na análise de discurso” (Fairclough, 2001, p.102). Por essa razão, é preciso ter reserva ao selecionar o *corpus*, não sendo aconselhável operar com grandes volumes de dados. Pode-se inclusive atuar com o que se chama de um *corpus* aberto, ou seja, não inteiramente constituído no processo de análise, mas com possibilidade de inclusões no decurso analítico, com base em potenciais questões não respondidas pelos dados que se tem naquele momento (Fairclough, 2001).

Na etapa seguinte, que chamamos de “Análises preliminares” pode-se dizer que ocorrem as primeiras críticas sobre os dados coletados, no entanto, ainda são críticas pouco estruturadas, baseadas quase que integralmente em conhecimentos prévios. É importante salientar que o processo de coleta de dados pode ocorrer por meio de fontes secundárias, a exemplo de documentos, relatórios, além de outras fontes, portanto a etapa referente à transcrição não é necessariamente empregada. Contudo, quando se opera com dados primários, a exemplo de entrevistas em profundidade, os passos “coleta” e “transcrição” são complementares. Vale lembrar que antes do processo de entrevistas, é preciso definir com muita atenção um bom roteiro, sobretudo se a investigação contar com questões sensíveis. Além disso, é recomendável atenção aos processos de pressuposição no momento da coleta, já que essas, por vezes baseadas em textos de outros, podem ser manipulativas. “As pressuposições são formas efetivas de manipular pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar” (Fairclough, 2001, p.156).

Em situações de coleta de dados primários, a exemplo de entrevistas e observação, pode-se dizer que o/a pesquisador(a) realiza, ainda que superficialmente, análises preliminares sobre o que se está coletando. No passo seguinte, referente à transcrição, essa análise preliminar é reforçada, motivo pelo qual aconselhamos pesquisadores a não terceirizarem essas etapas, já que ambas são parte do processo analítico (Abdalla, 2014; Myers, 2015). Ainda sobre o processo de transcrição, Fairclough (2001) defende que nenhum modelo é pleno, ou seja, sempre haverá perdas do que é dito para o que é transcrito, e que a escolha de um método de transcrição dependerá da natureza do projeto e das questões de pesquisa. O argumento é reforçado por Diedrich (2017), sobretudo ao alegar que as situações práticas de investigação são únicas, exigindo decisões renovadas, o que impede a adoção de um modelo único ou prévio de transcrição. Especial atenção deve ser dada a essa etapa, já que “[...] a transcrição não é uma operação mecânica, mas uma tentativa de reconstituição das condições de produção do ato enunciativo” (Diedrich, 2017, p.716). Concluídos esses passos, recomendamos que seja feita uma leitura flutuante de todo o *corpus*. Essa leitura deve possibilitar que as categorias definidas *a priori*, sobretudo advindas do arcabouço teórico, possam ser melhor delineadas a partir dos dados coletados e, nesse momento, organizados.

Até esse ponto, concentramo-nos no que compete aos dados (Fairclough, 2001). Para a etapa referente à análise propriamente dita, que corresponde à “Parte 3” do *framework*, preparamos um quadro (figura 2), que sintetiza o passo correspondente à “análise textual”, ou seja, à fase descritiva do modelo tridimensional. Nesse quadro procuramos não apenas explicar do que trata cada um dos quatro elementos da análise textual (vocabulário, gramática, coesão e estrutura – vale observar que esses quatro elementos são organizados sob forma ascendente, em termos de abrangência), mas também apresentar questões que norteiem

pesquisadores/as em suas análises. É válido realçar que outros elementos podem ser empregados no processo analítico textual, embora esses quatro sejam seus principais pilares. Um dos elementos que cabe destaque é o “silêncio”, que transita por todas as três dimensões analíticas. O silêncio pode revelar muitas questões e sentidos, e é responsável pela exposição do que não é dito por meio do dito, ou seja, de modo contrário, é responsável pelo apagamento de algo indesejável por meio de algo dito. É ainda responsável pela censura e pela relação entre língua e ideologia, já que o sujeito, produto de relações sociais, não é livre de coerções (Orlandi, 2007).

Elementos de Análise	Do que trata?	Questões Norteadoras	Fontes
Vocabulário	Propõem-se a analisar palavras individualmente e como as mesmas funcionam no discurso.	Por que usar essa palavra e não outra? O que se quis significar? E o que significou (no discurso)? Há presença de neologismos? De lexicalizações? De relexicalizações? Como significam?	(Fairclough, 2001; Maingueneau & Charaudeau, 2012; Resende & Ramalho, 2004)
Gramática	A gramática ocupa-se em analisar a combinação de palavras em orações e frases.	Por que foi escolhida essa estrutura de oração e não outra? O que se quis significar? Que tipo de crenças, relações e identidades sociais estão embutidas nessas orações? O que essa oração significa no conjunto de orações (discurso)? Como se apresentam os tempos verbais? O que isso quer significar? Há imperativos? Interrogativas? O sujeito é oculto? A quem o sujeito representa?	(Fairclough, 2001)
Coesão	Analisa como orações relacionam-se em frases e como frases são ligadas para formar unidades maiores nos textos. Analisa ligações por meio de palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções.	Como as relações entre orações e frases são estabelecidas (por exemplo, repetição de palavras, pronomes, conjunções do tipo “como”, “portanto”, “mas”, além de outras)? As combinações levam a esquemas retóricos (por exemplo, na construção de argumentos, deduções e/ou descrições)? Que tipo(s) de racionalidade(s) está (ão) por detrás dessas combinações?	(Fairclough, 2001; Resende & Ramalho, 2004)
Estrutura Textual	A análise da estrutura textual preocupa-se com as propriedades organizacionais do texto, em termos amplos. Preocupa-se também com a forma e com a ordem que elementos são combinados.	Como, em termos de ordem, os elementos e/ou episódios são combinados para constituir os argumentos? Como ocorrem as tomadas de turnos (para casos de diálogos)? Como são estabelecidas essas relações? Há sobreposição (e domínio) de fala? Como as convenções adotadas na estrutura textual reforçam sistemas de conhecimento e crença? Como reforçam aspectos e pressupostos sobre relações e identidades sociais?	(Fairclough, 2001; Resende & Ramalho, 2004)

Figura 2 – Elementos e Questões Norteadoras da Dimensão Analítica Textual

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fairclough, 2001; Maingueneau & Charaudeau, 2012; Resende & Ramalho, 2004.

Dada a complexidade, e por vezes, o volume dos textos, não é difícil envolver-se profundamente em sua análise e relegar a um segundo plano as demais etapas analíticas. Contudo é essencial que se busque alinhar a análise textual aos elementos interpretativos das demais dimensões analíticas, em especial, buscando identificar a construção de sentidos

desses textos na prática social. A prática social é compreendida como o decurso de construção, distribuição e consumo textual, bem como as condições e contextos que conformam pano de fundo desses processos (Fairclough, 2001). Nesse sentido, é de fundamental importância que pesquisadores/as conheçam profundamente o contexto que discursos são produzidos, distribuídos e consumidos, para que se compreenda, com profundidade, como esses textos constroem significados. Não são raras situações que discursos são produzidos e distribuídos estrategicamente como meio de conformar a realidade social em favor de quem os produz, legitimando ações que fortaleçam grupos hegemônicos (Barros, 2014). Além do conhecimento contextual, um dos elementos que facilita a assimilação aprofundada da prática discursiva é o *lócus* de enunciação, ou seja, a compreensão de onde (e em que condições) esse discurso emana (Bragato & Castilho, 2012; Dussel, 2005). Em outras palavras, pode ser cômodo construir críticas sobre desempregados, por exemplo, alegando que os mesmos não sejam aptos ao mercado de trabalho, ou ainda, que sejam preguiçosos, quando se analisa a hipotética situação a partir de um local privilegiado, a exemplo, quando se discursa da cadeira da presidência de uma multinacional (Harvey, 2013). Portanto algumas disputas discursivas carecem de profunda investigação, para que compreensões mais densas e menos superficiais possam emergir (Gleiss, 2015).

Além do processo de produção, distribuição e consumo dos discursos, Fairclough (2001) chama atenção para mais três elementos, que também podem transitar pela etapa da análise textual, sendo eles, (i) a força dos enunciados, (ii) a coerência dos textos e (iii) a intertextualidade, todos fortemente ancorados em características interpretativas. A “força” de um texto ou enunciado refere-se à sua componente acional e aos seus consequentes significados sociais. Um ótimo exemplo dado por Fairclough (2001, p.111) está na frase: “você pode carregar a mala?” que, dependendo do contexto, pode soar como um pedido, uma ordem, uma pergunta, ou mesmo uma sugestão de reclamação. A “coerência”, por sua vez, goza de aspectos lógicos-semânticos, distinguindo-se da coesão, que é puramente textual. É decorrente de características interpretativas e “resulta de um julgamento que se apoia no conhecimento da situação e nos saberes léxico-enciclopédicos dos sujeitos” (Maingueneau & Charaudeau, 2012). Em suma, um texto coerente é aquele que a constituição de suas partes em um todo, faça sentido para alguém.

Sobre o elemento “intertextualidade”, é válido ressaltar que existem conceituações que divergem da abordada por Fairclough (2001), a exemplo de Maingueneau & Charaudeau (2012), que a tratam como sinônimo da interdiscursividade. A “intertextualidade é tida como a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos [...]” (Fairclough, 2001, p.114). Essa propriedade é muito interessante quando se analisa, por exemplo, entrevistas de executivos, que procuram dizer o que o entrevistado quer ouvir e não necessariamente o que se pratica de fato. Esses textos costumam vir carregados de outros textos, normalmente relacionados aos metadiscursos organizacionais; aos manuais e às “grandes teorias” que estiveram presentes em sua formação acadêmica; e aos aprendizados incrementais, recebidos por diversos meios, que podem ir desde um vídeo assistido acidentalmente no YouTube, até um seminário patrocinado pela sua organização. Por essa razão, é essencial que o/a analista interprete discursos à luz dessa provável amplitude espaço-temporal, que privilegia, dentre outras questões, a historicidade dos textos e as relações sociais subjacentes, responsáveis pelas produções intertextuais. Embora pareça evidente, vale ressaltar que a intertextualidade é manifesta pela produção de discursos a partir da distribuição e consumo de outros discursos.

Na última dimensão analítica, denominada de “Prática Social”, são tratados os aspectos ideológicos e hegemônicos presentes nos discursos. A ideologia, sob uma perspectiva mais aproximada à de Louis Althusser, distingue-se da ciência por exercer a função prático-social de modo predominante à função teórica ou de conhecimento

(Maingueneau & Charaudeau, 2012). Apesar disso, Fairclough (2001) defende que a ciência pode ser carregada de ideologia, algo que pode ser facilmente identificado no campo de Administração/Gestão (Alcadipani & Bertero, 2012). Ao serem naturalizadas, sob o *status* de senso comum, as ideologias permeadas em práticas discursivas tornam-se eficazes em naturalizar pretensas relações hegemônicas, interessadas na manutenção do *status quo* (Fairclough, 2001).

A hegemonia, por sua vez, refere-se aos constantes processos de lutas e instabilidades, que constroem e desconstróem alianças e relações de dominação/subordinação a partir de diversas vias, a exemplo da econômica, da política e da ideológica (Fairclough, 2001). Nesse sentido, a análise da prática social deve levar em conta a proximidade das dimensões ideologia e hegemonia, que se complementam. Também deve levar em consideração que as lutas hegemônicas são profundas, incluindo “[...] instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis de domínio (Fairclough, 2001, p.122). Por fim, vale destacar que a hegemonia é muito presente na intertextualidade, às vezes manifesta, às vezes oculta pelos processos de apropriação de textos. Analistas devem manter grande atenção a essa questão, buscando compreensões que transitem entre as dimensões analíticas apresentadas.

O último elemento do *framework* trata dos “resultados”, que extrapolam o modelo tridimensional, mas são abordados por Norman Fairclough, muito mais como uma preocupação, que propriamente uma parte a ser tratada. O autor revela forte receio sobre o que pode ser feito com os resultados de uma pesquisa publicada, indicando preocupações com uso indevido desses resultados, que impediriam, ou ainda, dificultariam a mudança social. A questão é amplamente defensável, na medida em que a produção e a apropriação de discursos que se tornam dominantes, são largamente empregados como forma de manutenção das hegemonias e a consequente manutenção do *status quo*. Portanto, embora não tratemos especificamente dos resultados e não tenhamos domínio do que pode ser feito com eles, atenção é essencial para que o “produto” de uma investigação, materializada em uma publicação, possa de fato, promover mudanças sociais.

4. Considerações Finais

O objetivo central desse trabalho foi propor a sistematização de um *framework* metodológico para adoção da ACD em administração/gestão. Acreditamos que o trabalho seja relevante, sobretudo por delinear um percurso metodológico factível para pesquisadores em administração-gestão, sem prescindir a bagagem teórica. A proposta é particularmente útil aos pesquisadores que não possuem ampla bagagem linguística, e podem se valer de uma proposta de percurso. Além do delineamento de um percurso bem sistematizado, chamamos atenção para as questões norteadoras, desenvolvidas especificamente para a etapa de “Análise textual”, fase essa que temos observado em termos práticos, ser de maior dificuldade aos pesquisadores de administração/gestão, sobretudo pelas naturais barreiras impostas à bagagem linguística.

Existem muitas formas de se desenvolver metodologicamente a ACD, não existindo um único caminho a ser seguido. Contudo, a proposição de um *framework* não fere tal condição, já que caracteriza como “mais uma opção”, e não “a opção”. É válido ressaltar que enfrentamos um claro *trade-off* nesse trabalho pois, ao sistematizarmos esse percurso metodológico, carregamos o estigma do funcionalismo metodológico, além da possível crítica sobre a minimização da complexidade da proposta teórico-metodológica de Fairclough. Deixamos claro que esse não é o propósito, vez que sugerimos fortemente o aprofundamento teórico dos pesquisadores, de modo que o percurso metodológico possa fazer sentido. Adicionalmente, por meio desse trabalho, convidamos pesquisadores/as em

administração/gestão a pensarem alternativas, sobretudo metodológicas para a ACD nesse campo de conhecimento. É válido, portanto, ressaltar que esse texto, sob hipótese alguma substitui os textos de Norman Fairclough, ao contrário, os complementa, sobretudo por meio da sistematização metodológica.

Referências

- Abdalla, M. M. (2014). *Repensando o Duplo Movimento Polanyiano a partir do Desenvolvimento de Estratégias Sociais: um olhar sobre o setor de energia nucleoeletrica à luz da opção decolonial*. Tese de Doutorado em Administração, Fundação Getúlio Vargas (FGV-EBAPE), Rio de Janeiro-RJ, Brasil.
- Abdalla, M. M. (2017). Editorial: uma ponte entre rigor e relevância. *Revista de Administração, Sociedade E Inovação*, 3(1), 1–4. <http://doi.org/10.20401/rasi.3.1.147>
- Abdalla, M. M., Oliveira, L. G. L., Azevedo, C. E. F., & Gonzalez, R. K. (2018). Quality in Qualitative Organizational Research: types of triangulation as a methodological alternative. *Administração: Ensino E Pesquisa*, 19(1), 66–98. <http://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n1.578>
- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284–299. <http://doi.org/10.1590/S0034-75902012000300002>
- Barros, M. (2014). Tools of Legitimacy: The Case of the Petrobras Corporate Blog. *Organization Studies*, 35(8), 1211–1230. <http://doi.org/10.1177/0170840614530914>
- Bragato, F. F., & Castilho, N. M. (2012). O Pensamento Decolonial em Enrique Dussel e a Crítica do Paradigma Eurocêntrico dos Direitos Humanos. *Revista Direitos Culturais*, 7(13), 1–13.
- Brent, G. R. (2009). Análise Crítica do Discurso: uma Proposta Transdisciplinar para a Investigação Crítica da Linguagem. In Lima, C. H. P., Pimenta, S. M. de O. & Azevedo, A. M. T. de (Eds.), *Incursões Semióticas: Teoria e Prática de Gramática Sistêmico-Funcional, Multimodalidade, Semiótica Social e Análise Crítica do Discurso* (1st ed., p. 320). Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Diedrich, M. S. (2017). Os registros da experiência da criança na linguagem: o ato enunciativo de transcrição. *Revista de Estudos da Linguagem*, 25(2), 711. <http://doi.org/10.17851/2237-2083.25.2.711-737>
- Dussel, E. (2005). *Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão* (3ª). São Paulo: Paulos.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB.
- Fairclough, N. (2009). A dialectical-relation approach to critical discourse analysis in social research. In Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (2nd ed., pp. 162–186). London: Sage.
- Fairclough, I., & Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students*. London: Routledge.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (23ª). São Paulo: Loyola.
- Gleiss, M. S. (2015). Speaking up for the suffering (br)other: Weibo activism, discursive struggles, and minimal politics in China. *Media, Culture & Society*, 37(4), 513–529. <http://doi.org/10.1177/0163443714566897>
- Godoi, C. K., Coelho, A. L. de A. L., & Serrano, A. (2014). Elementos epistemológicos e metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 21(70), 509–535.

- <http://doi.org/10.1590/S1984-92302014000300009>
- Harvey, D. (2013). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- Kieser, A., & Leiner, L. (2009). Why the Rigour – Relevance Gap in Management Research Is Unbridgeable. *Journal of Management Studies*, 46(3), 516–533. <http://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2009.00831.x>
- Lima, C. H. P. (2011). *Assim na Música como na Vida: a representação do trabalho em discursos de canções brasileiras através da Análise Crítica do Discurso*. Tese de Doutorado em Linguística, UFMG, Belo Horizonte-MG, Brasil.
- Mafrá, F. L. N., & Lobato, C. B. de P. (2017). A colonialidade no discurso corporativo da “água da boa mesa” sob a ótica da Análise Crítica do Discurso. In *XLI Encontro da ANPAD (XLI EnANPAD)* (p. 17). São Paulo: Anpad.
- Magalhães, I. (2001). Prefácio à edição brasileira. In *Discurso e Mudança Social* (p. 316). Brasília: Editora UNB.
- Maingueneau, D., & Charaudeau, P. (2012). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Mascarenhas, A. O., Zambaldi, F., & Moraes, E. A. de. (2011). Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 265–279. <http://doi.org/10.1590/S0034-75902011000300007>
- Myers, G. (2015). Análise da Conversação e da Fala. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (p. 520). Petrópolis: Vozes.
- Orlandi, E. P. (2007). *As Formas do Silêncio - no movimento dos sentidos* (6ª). Campinas: Editora Unicamp.
- Orlandi, E. P. (2015). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. (P. Editores, Ed.) (12ª ed.). São Paulo.
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem Em (Dis) Curso*, 5(1), 185–207.
- Rodrigues-Júnior, A. S. (2009). Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 9(1), 99–132. <http://doi.org/10.1590/S1984-639820090001000062009000100006>
- Silva, E. R. da, & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 1–20. <http://doi.org/10.1590/1679-395132088>
- Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* (2nd ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Vosgerau, D. S. R., Orlando, E. de A., & Meyer, P. (2017). Produtivismo Acadêmico e Suas Repercussões no Desenvolvimento Profissional de Professores Universitários. *Educação & Sociedade*, 38(138), 231–247. <http://doi.org/10.1590/es0101-73302016163514>

ⁱ É válido reproduzir a elucidação sobre o termo “Análise Crítica do Discurso”, desenvolvida por Rodrigues-Júnior (2009), a qual concordamos integralmente: “Tem havido controvérsias acerca da tradução do termo *Critical Discourse Analysis* para o português. Seguindo a adjetivação “critical” do substantivo “discourse analysis”, o grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, orientados por Izabel Magalhães, adota o título Análise do Discurso Crítica (ADC). Outros grupos de pesquisa na área, como é o caso, por exemplo, de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, adotam o título Análise Crítica do Discurso (ACD). Prefiro este título ao anterior, por traduzir a ideia central da disciplina – um enfoque crítico e social às análises de discursos variados”. (Rodrigues-Júnior, 2009, p.111).